



1º Trimestre de 2025

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2025
31 de março

Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Presidente do Brasil

Luiz Inácio Lula de Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretária Nacional de Planejamento

Virginia de Angelis Oliveira de Paula

Secretário Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal

Clayton Luiz Monte

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Renata Vargas Amaral

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica

Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu

Coordenador-Geral Tecnologia, Orçamento e Pessoas

Waldeck Pinto de Araújo Júnior

Coordenador de Contabilidade

Paulo Henrique da Rocha Leite

Equipe Técnica

Eveilton Souza de Oliveira

Paulo Henrique da Rocha Leite

Arte e Design – Secretaria Executiva – MPO

Projeto gráfico e design: Viviane Barros

Assistente de design: Ivan Sasha

Estagiária de design: Micer Santos

Informações

E-mail: contabilidade@planejamento.gov.br

Ministério do Planejamento e Orçamento
gov.br/planejamento



[@MinPlanejamento](https://twitter.com/MinPlanejamento)



[@planejamentoeorcamento](https://www.instagram.com/planejamentoeorcamento)

*É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Sumário

Lista de Siglas.....	4
Contexto Operacional	5
Notas Explicativas	6
BALANÇO PATRIMONIAL	11
Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa	11
Nota 02 - Estoques	12
Nota 03 - Créditos a Curto e Longo Prazo.....	12
3.1 Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	12
3.2 Dívida Ativa.....	13
3.2.1 Dívida Ativa Não Tributária	13
3.3 Demais Créditos e Valores de Longo Prazo.....	13
Nota 04 - Imobilizado	14
4.1 Bens Móveis	14
4.2 Bens Imóveis	17
Nota 05 - Intangível	18
Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais.....	18
Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar.....	19
Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	20
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	21
Nota 09 – Resultado Patrimonial	21
Nota 10 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	21
Nota 11 – Transferências e Delegações Recebidas	21
Nota 12 – Valorização/ganhos com Incorporação de Ativos e Desincorporação de Passivos ...	22
Nota 13 – Pessoal e Encargos Sociais	22
Nota 14 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....	23
Nota 15 – Consumo de Bens e Serviços	23
Nota 16 – Transferências e Delegações Concedidas.....	23
Nota 17 – Perdas e Desvalorização.....	24
Nota 18 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	25
Nota 19 – Receitas Orçamentárias	25
Nota 20 – Despesas Orçamentárias	26
20.1 Despesas Empenhadas	26
20.2 Despesas Liquidadas.....	27
20.3 Execução de Recursos sob Supervisão do MPO.....	27
20.4 Despesas Executadas Indiretamente (UO/MPO).....	28
Nota 21 – Execução dos Restos a Pagar (RAP)	29
21.1 Restos a Pagar Não Processados.....	29
21.2 Restos a Pagar Decorrentes de Destaque de Orçamento.....	30
21.3 Restos a Pagar Processados	30

Lista de Siglas

AH – Análise Horizontal
AV – Análise Vertical
BCB – Banco Central do Brasil
BF – Balanço Financeiro
BGU – Balanço Geral da União
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
COLABORAGOV – Centro de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e Inovação
CTU – Conta Única do Tesouro Nacional
DCON – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DN – Decisão Normativa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFI – Instituições Financeiras Internacionais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPSASB – International Public Sector Accounting Standards Board
IRP – Indicador de Resultado Primário
ITG – Interpretação Técnica Geral
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MGI – Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ÓRGÃO/UGE – Órgão Unidade Gestora Executora
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
RAP – Restos a Pagar
RPP – Restos a Pagar Processados
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
SEAD – Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria e Patrimônio da União
SSC – Secretaria de Serviços Compartilhados
STN/MF – Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNB – Universidade de Brasília
VUD – Vida Útil Definida
VUI – Vida Útil indefinida

Contexto Operacional

Em 1º de janeiro de 2019, a Medida Provisória nº 870, convertida na Lei nº 13.844, de 2019, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Em 1º de janeiro de 2023, o Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO foi recriado através da Medida Provisória nº 1.154, convertida na Lei nº 14.600, essa Lei estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios para o novo governo.

Constituem áreas de competência do Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO:

- I - elaboração de subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional;
- II - avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e dos programas do governo federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;
- III - elaboração de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;
- IV - elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;
- V - viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo;
- VI - formulação de diretrizes, acompanhamento e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e com agências governamentais; e
- VII - coordenação e gestão do sistema de planejamento e de orçamento federal.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MPO relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br>.

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O novo arranjo vem ao encontro da modernização da Administração Pública, além de possibilitar maior integração entre os órgãos e prestação de serviços mais ágeis e eficientes.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Planejamento e Orçamento; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

Notas Explicativas

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*, respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do órgão.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do ministério, órgão integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

É importante destacar que a DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação (MCASP, pág. 539).

Para efeito do disposto no art. 7º, § 1º, da DN/TCU nº 198/2022, as demonstrações contábeis do Ministério não foram objeto de auditoria e certificação, não obstante à necessidade de manifestação da unidade de controle interno acerca da gestão nos termos previstos no supracitado normativo.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MPO, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com **demais valores**.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

E) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023.

Reavaliação

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- I. Sejam aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil;

- II. Houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros; e IV.
- IV. A data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de março, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Contudo, a partir da edição da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 2023, tal atualização se dará após implementação da funcionalidade nos sistemas corporativos da SPU.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda num futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

F) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. Fornecedores e contas a pagar;
- iii. Demais obrigações.

G) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Déficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.
- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

H) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO SUPERIOR

Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO

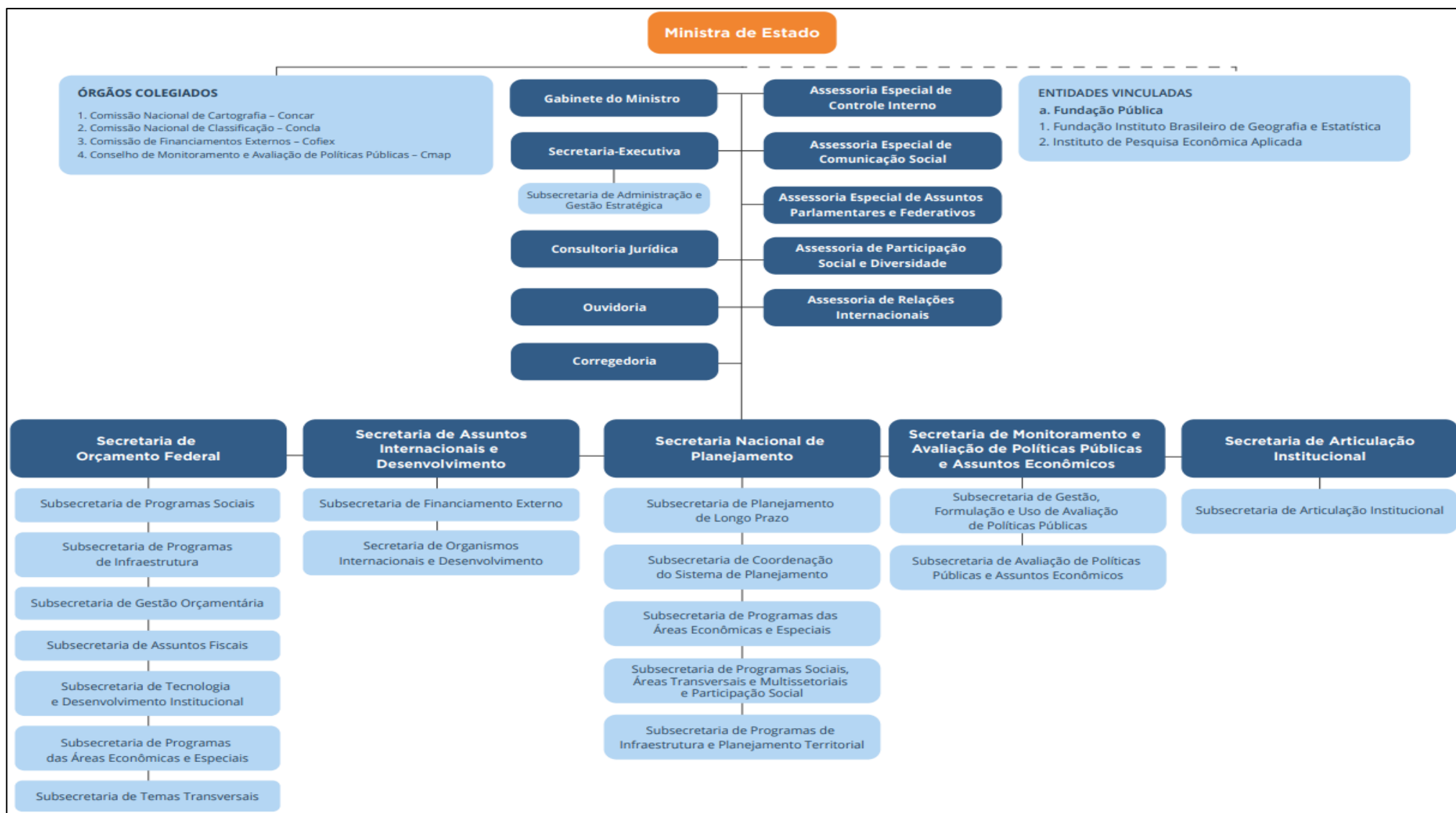
Entidades Vinculadas:

- (i) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | IBGE;
- (ii) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | IPEA

A base jurídica da Estrutura Organizacional e das competências do MPO estão disponíveis no sítio institucional na URL: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/base-juridica-da-estrutura-organizacional-e-das-competencias>.

Portanto, as informações abaixo descritas consideram as Demonstrações Contábeis Consolidadas a nível de Órgão Superior, incluindo as entidades vinculadas Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Figura 1 – Organograma Institucional do MPO



BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

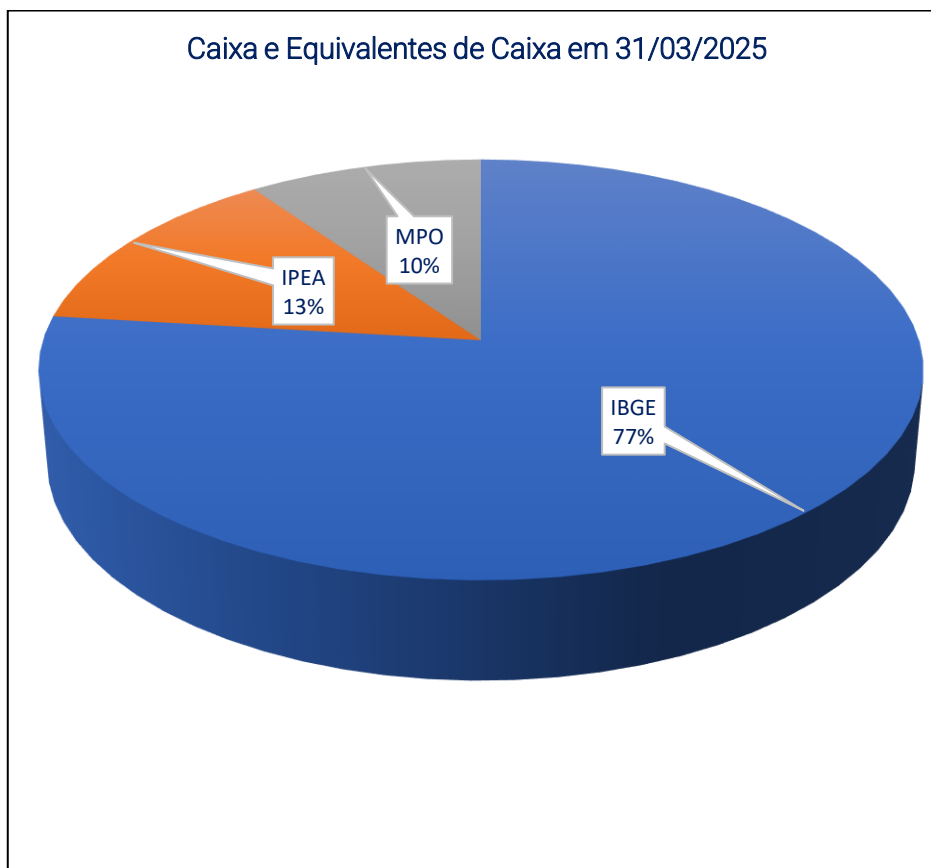
O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Valores em R\$

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão/UGE		Órgão Superior	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Bancos	22.834.086	17.617.345	213.197.662	221.755.367
Recursos Aplicados	-	-	8.859.535	9.529.806
Garantias	-	-	10.794.456	9.141.028
Total:	22.834.086	17.617.345	232.851.653	240.426.201

Fonte: SIAFI, 2025

A conta de Caixa é composta exclusivamente pelo limite de saque com vinculação de pagamento. As disponibilidades depositadas em bancos em moeda Nacional são compostas pelo somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB) e dos valores disponíveis em outros bancos, bem como os seus equivalentes.



Fonte: SIAFI, 2025

A subconta Tesouro Nacional é destinada aos recebimentos e pagamentos da Administração Pública Federal em geral.

Nota 02 - Estoques

Compreende os ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção de bens, na prestação de serviços ou, ainda, mantidos para a venda ou distribuição no curso normal das operações da entidade. Majoritariamente os volumes dos estoques se concentram na entidade vinculada IBGE, respondendo por mais de 98% dos saldos reconhecidos à conta de estoques.

Valores em R\$

Estoques	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
Material Gráfico	4.042.554	3.154.729	28,14%	34,82%
Material de Consumo - TIC	2.609.477	2.534.975	2,94%	22,48%
Mercadorias em Geral	1.383.179	1.381.955	0,09%	11,92%
Material de Expediente	857.500	804.879	6,54%	7,39%
Material de Limpeza e Higienização	548.721	543.118	1,03%	4,73%
Material para Manutenção de Bens Móveis	505.521	505.521	0,00%	4,35%
Material Eletrônico	363.230	344.858	5,33%	3,13%
Material de Proteção e Segurança	337.560	336.504	0,31%	2,91%
Material de Acondicionamento e Embalagem	255.793	278.579	-8,18%	2,20%
Material para Manutenção de Veículos	133.827	142.910	-6,36%	1,15%
Material de Divulgação	124.013	124.013	0,00%	1,07%
Outros Materiais de Consumo	446.967	389.153	14,86%	3,85%
Total	11.608.342	10.541.192	10,12%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

Os estoques, em regra, são reconhecidos com base no custo histórico, ou seja, a quantia desembolsada para adquirir ou produzir os ativos, incluindo todos os custos de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Os bens de almoxarifado, por sua vez, são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o que dispõe o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Já os bens de estoque adquiridos por meio de transação sem contraprestação, estes são mensurados a valor justo na data de sua aquisição.

Nota 03 - Créditos a Curto e Longo Prazo

3.1 Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Compreende o somatório dos adiantamentos concedidos, bem como o somatório dos créditos a receber apurados em processos administrativos de responsabilidade contra servidores, entidades ou terceiros, com expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Do saldo líquido observado na tabela abaixo, 72,07% (R\$ 26.982.235) são valores da entidade vinculada IBGE.

Valores em R\$

Demais Créditos a Receber de Curto Prazo	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
Adiantamento de 13º Salário	243.590	15.441.607	-98,42%	0,65%
Adiantamento de Férias	16.446.764	4.378.429	275,63%	43,93%
Pagamento Antecipado - Salários	1.815.443	2.588.870	-29,88%	4,85%
Auxílios Pagamentos Antecipados	555.176	555.873	-0,13%	1,48%
Adiantamento de Suprimento de Fundos	1.283.245	2.251	56.917,93%	3,43%
Créditos a Receber por Folha de Pagamento	4.320.729	4.163.300	3,78%	11,54%
Créditos a Receber por Dolo, Má-fé ou Fraude	898.974	899.872	-0,10%	2,40%

Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	543.886	528.968	2,82%	1,45%
Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio	172.135	215.223	-20,02%	0,46%
Multa/Juros a Receber de Servidor Responsabilizado	194.406	183.220	6,11%	0,52%
Adiantamento TED	13.201.045	10.327.609	27,82%	35,26%
Outros Créditos Administrativos	-597.490	93.952	-735,95%	-1,60%
Ajuste para Perdas	-1.637.440	-1.592.540	2,82%	-4,37%
Total	37.440.464	37.786.633	-0,92%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

Os adiantamentos são reconhecidos no resultado como despesa (ênfoque patrimonial), observando-se o regime de competência.

No item suprimento de fundos, o regime de adiantamento, é realizado através do Cartão de Pagamento do Governo Federal-CPGF permanecendo, cujas prestações de contas ainda estão em aberto. Observou um aumento exponencial no saldo em relação ao exercício encerrado de 2024, do montante, o maior responsável é a Superintendência Estadual do IBGE no Amazonas com R\$ 274.962, seguido da Superintendência Estadual do IBGE no Pará com R\$ 171.931. Estes valores são autorizados aos supridos para execução de despesas de pequeno vulto nas modalidades Saque e Fatura. Durante a execução, estes valores permanecem no ativo, até a apresentação da prestação de contas e de sua plena aplicação dos valores, momento em que são baixadas as responsabilidades.

O ajuste da conta de Ajuste para Perdas é realizado anualmente, no final do exercício. Os registros efetuados nessa conta ao longo do 1º trimestre acompanharam os créditos que foram baixados.

3.2 Dívida Ativa

3.2.1 Dívida Ativa Não Tributária

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. Os créditos de dívida ativa têm expectativa de realização após doze meses após a data das demonstrações contábeis.

O grupo de Dívida Ativa não Tributária abarca os procedimentos de inscrição em Dívida Ativa, os valores já registrados e as provisões para perdas realizáveis a longo prazo. Além do valor principal, a Dívida Ativa compreende a atualização monetária, juros, multas e demais encargos previstos.

Créditos a Receber de Longo Prazo	IBGE		IPEA	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Dívida Ativa Não Tributária	2.737.980	2.599.603	3.233.345	3.150.179
(-) Ajuste para Perdas	-2.079.682	-2.015.678	-	-
Total	658.298	583.925	3.233.345	3.150.179

Fonte: SIAFI, 2025

Nessa conta, constam os valores relativos aos créditos do IBGE contra terceiros, provenientes de créditos não tributários.

O ajuste da conta de Ajuste para Perdas é realizado anualmente, no final do exercício. Os registros efetuados nessa conta ao longo do 1º trimestre acompanharam os créditos que foram baixados.

3.3 Demais Créditos e Valores de Longo Prazo

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas) realizáveis no curto e longo prazo.

Valores em R\$

Créditos a Receber de Logo Prazo	IBGE	
	31/03/2025	31/12/2024
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	789.538	815.902
Créditos a Receber Decorrentes de Dolo, Má-fé ou Fraude	537.498	537.498
Multas/Juros a Receber de Servidores Responsabilizados	-	4.224
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	-	39.488
(-) Ajuste para Perdas	-583.900	-620.983
Total	743.136	776.129

Fonte: SIAFI, 2025

Os créditos por danos ao patrimônio são um dos maiores responsáveis pelo saldo deste grupo. O IBGE possui valores escriturados em créditos administrativos no curto e no longo prazo. Esses valores são registrados conforme orientação de processo administrativo no qual foi apurado o dano ao erário e seu respectivo responsável.

Com relação ao ajuste para perdas, em atendimento aos princípios da oportunidade e da prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da entidade. Para melhor evidenciação desse ativo, o procedimento adequado em termos contábeis é a constituição de uma estimativa de perda sobre os valores inscritos em Créditos Administrativos e Dívida Ativa.

O ajuste está embasado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluiu o procedimento nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A constituição da Estimativa de Perdas é realizada conforme critério definido e publicado na Nota Técnica Contábil nº 01/2021 que regulamenta as Normas sobre os Registros de Ajustes para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa.

Nota 04 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material) que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

Valores em R\$

Ativo Imobilizado	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Bens Imóveis	-	-	420.365.879	421.656.814
Bens Móveis	12.116.260	11.599.075	562.543.723	569.404.520
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulada	-9.498.379	-9.329.481	-396.678.917	-395.894.837
Total	2.617.881	2.269.593	586.230.685	595.166.498

Fonte: SIAFI, 2025

O imobilizado está segregado em dois grupos:

Bens Móveis: Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.; e

Bens Imóveis: Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos.

4.1 Bens Móveis

Os bens móveis são registrados e gerenciados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), totalmente integrado com o SIAFI.

O reconhecimento inicial observa o princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados, no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes. Conforme observado na tabela abaixo, a conta contábil "*Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC*" representa 64,62% do total dos bens móveis do ministério e está concentrado, principalmente, no órgão IBGE. Com o valor contábil de R\$ 363.532.987 representa, por tanto, o principal ativo imobilizado no órgão MPO.

Valores em R\$

Ativo Imobilizado - Bens Móveis	Órgão Superior			
	Valor Contábil	Depreciação Acumulada	Valor Líquido Contábil	(%) Depreciação
Aparelhos de Medição e Orientação	5.236.873	-1.879.238	3.357.635	-35,88%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.828.496	-2.296.229	1.532.268	-59,98%
Equipam. Médicos, Odont., Lab. e Hospitalares	65.421	-25.879	39.542	-39,56%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	1.015.218	-820.182	195.037	-80,79%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	4.852.560	-2.993.148	1.859.412	-61,68%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	6.283.344	-2.631.949	3.651.395	-41,89%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	59.712	-24.929	34.783	-41,75%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	98.741	-110.164	(11.423)	-111,57%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	14.762.944	-1.324.549	13.438.394	-8,97%
Equip. de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	363.532.987	-299.137.274	64.395.713	-82,29%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10.363.419	-6.828.895	3.534.524	-65,89%
Máquinas e Utensílios de Escritório	36.909	-17.197	19.712	-46,59%
Mobiliário em Geral	26.536.378	-18.330.520	8.205.858	-69,08%
Coleções e Materiais Bibliográficos	675.993	-301.370	374.624	-44,58%
Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	7.088.786	-4.276.730	2.812.056	-60,33%
Veículos em Geral	173.312	-103.937	69.375	-59,97%
Veículos de Tração Mecânica	113.951.210	-50.499.242	63.451.969	-44,32%
Aeronaves	113.377	-16.065	97.313	-14,17%
Bens Moveis Em Trânsito	(361.299)	-	(361.299)	0,00%
Bens Não Localizados	1.589.950	-	1.589.950	0,00%
Pecas Não incorporáveis a Imóveis	1.633.858	-1.372.809	261.048	-84,02%
Material de Uso Duradouro	976.973	-	976.973	0,00%
Demais Bens Móveis	28.558	-19.610	8.948	-68,67%
Total	562.543.723	-393.009.916	169.533.807	69,86%

Fonte: SIAFI, 2025

4.1.1 Depreciação

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- i. Método das cotas constantes; e
- ii. Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Essas definições originam-se da necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis, viabilizando a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União - BGU dos critérios adotados para depreciação.

4.1.2 Reavaliação

De acordo com o Manual SIAFI na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, as reavaliações devem ser realizadas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

- i. Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
- ii. A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.

Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa. Deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da reavaliação dos Bens Móveis registrados no seu ativo.

4.1.3 Redução ao Valor Recuperável

De acordo com a supracitada Macrofunção 020335, entende-se por redução ao valor recuperável a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Ou seja, caso o valor contábil de um ativo apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está em imparidade (*impairment*). O valor da perda deverá ser estimado por meio de testes de recuperabilidade.

O valor de um bem deve ser reduzido ao valor recuperável se alguma das situações abaixo for verdadeira:

- i. Cessação total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- ii. Diminuição significativa, de longo prazo, das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- iii. Dano físico do bem;
- iv. Mudanças significativas, de longo prazo, com efeito adverso na entidade, ocorreram ou estão para ocorrer no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera;
- v. Mudanças significantes, de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer na extensão ou maneira da utilização do bem. Essas modificações incluem a ociosidade do bem, planos para descontinuar ou reestruturar a operação no qual ele é utilizado, ou planos de se desfazer do bem antes da data previamente estimada;
- vi. É decidido interromper a construção de um bem antes que ele esteja em condições de uso;
- vii. Há indicação de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado;
- viii. Durante o período, o valor de mercado de um bem caiu significativamente, mais do que seria esperado pela passagem do tempo ou uso normal.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens móveis registrados no seu ativo.

4.2 Bens Imóveis

Os imóveis de uso especial são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI, exceto quanto à depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado à STN.

Valores em R\$

Ativo Imobilizado - Bens Imóveis	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
Imóveis Residenciais / Comerciais	16.673.892	16.197.381	2,94%	4,00%
Edifícios	144.145.349	145.580.237	-0,99%	34,59%
Terrenos/Glebas	1.145.328	1.145.328	0,00%	0,27%
Fazendas, Parques e Reservas	53.129.852	53.129.852	0,00%	12,75%
Complexos/Fabricas/Usinas	130.955.570	130.937.650	0,01%	31,43%
Estacionamentos e Garagens	464.636	464.636	0,00%	0,11%
Lojas	857.589	857.589	0,00%	0,21%
Salas	8.895.416	8.895.416	0,00%	2,13%
Autarquias/Fundações	59.750.584	60.105.777	-0,59%	14,34%
Estudos E Projetos	0	32.340	-100,00%	0,00%
Benfeitorias Em Propriedade de Terceiros	4.004.991	4.004.991	0,00%	0,96%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	-625.310	-615.119	1,66%	-0,15%
(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	-3.043.691	-3.037.087	0,22%	-0,73%
Total	416.696.878	418.004.609	-0,31%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

O reconhecimento inicial observa o princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados, no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes.

4.2.1 Depreciação

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$K_d = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

K_d = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4.2.2 Reavaliação

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- I. Sejam aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil;
- II. Houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;

- III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros; e
- IV. A data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de março, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

4.2.3 Redução ao Valor Recuperável

Conforme descrito no tópico correspondente dos Bens Móveis, os procedimentos para redução ao valor recuperável são os mesmos para todo o ativo Imobilizado.

Entretanto, o MPO ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens imóveis registrados no seu ativo.

Nota 05 - Intangível

O intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Valores em R\$

Ativo Intangível	IBGE		IPEA	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Softwares - VUD	9.864.606	9.864.606	11.478.664	11.478.664
Softwares - VUI	32.028.978	32.028.978	-	-
Softwares em desenvolvimento	-	-	187.817	187.817
Amortização Acumulada	-9.791.727	-9.645.969	-7.252.806	-6.933.737
Total	32.101.857	32.247.615	4.413.675	4.732.743

Fonte: SIAFI, 2025

A metodologia para amortização dos bens com vida útil definida tem como base de cálculo o custo do ativo intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o de quotas constantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida deve ser realizada de forma prospectiva.

Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Compreende as obrigações com salários, remunerações, benefícios e contribuições devidas a empregados e servidores públicos, exigíveis em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis.

Valores em R\$

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
Salários, Remunerações e Benefícios	166.255.286	184.637.594	-9,96%	77,44%
13º Salário a Pagar	30.210.704	-	100,00%	14,07%
Férias a Pagar	6.494.870	5.099.543	27,36%	3,03%
Benefícios Previdenciários Assistenciais a Pagar	2.311.928	2.479.562	-6,76%	1,08%
Contribuições Previdenciárias	9.415.018	920.599	922,71%	4,39%
Total	214.687.806	193.137.298	11,16%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

Para efeito do disposto no Art. 105 da Lei nº 4.320/1964, no Balanço Patrimonial, o passivo é classificado em passivo financeiro e passivo permanente (não financeiro):

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Registra os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais, da prestação de serviços e Organismos Internacionais, exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Valores em R\$

Fornecedores	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Credores Nacionais	-	88.657	22.128.616	703.805
Credores Estrangeiros	57.539.605	58.393.738	57.539.605	58.393.738
Total	57.539.605	58.482.395	79.668.221	59.097.543

Fonte: SIAFI, 2025

Na tabela a seguir, são destacados os fornecedores e contas pagar com os valores mais representativos, na rubrica Credores Estrangeiros, subgrupo materialmente predominante:

Valores em R\$

Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	Órgão Superior		AH*	AV**
	31/03/2025	31/12/2024		
<i>International Telecommunication Union</i>	558.928	-	100%	0,97%
Contribuição ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento	50.065	-	100%	0,09%
Escritório Internacional de Exposições	1.900.000	1.900.000	0%	3,30%
Contribuição ao Sistema das Nações Unidas	1.096.983	1.096.983	0%	1,91%
Contribuição a União Postal Universal	285	-	100%	0,00%
União das Nações Sul-Americanas	53.933.344	53.933.344	0%	93,73%
Convenção para a Conservação de Espécies Migratória	-	1.463.411	-100%	0,00%
Total	57.539.605	58.393.738	-1,46%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

O pagamento dos compromissos da República Federativa do Brasil perante organismos internacionais está a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) e foi pactuado em sete moedas diferentes: dólares americanos, canadense e australiano; euro; libra esterlina; franco suíço; e real. Relativamente a esses compromissos, incide a variação cambial sobre suas parcelas, uma vez que o valor a ser pago em reais pode sofrer elevação ou diminuição, a depender da valorização ou desvalorização da moeda estrangeira convencionada.

A título de referência é apresentado a seguir o montante do Capital a Integralizar em Instituições Financeiras Internacionais – IFI, decorrentes de acordos firmados pela República Federativa do Brasil com organismos internacionais registrado em Contas de Controle.

Valores em R\$

Capital a Integralizar em Organismos Internacionais	MPO	
	31/03/2025	31/12/2024
Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola	9.806.581	9.806.581
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	63.938.003	63.938.003
Corporação Andina de Fomento	1.056.331.088	1.056.331.088
Total	1.130.075.672	1.130.075.672

Fonte: SIAFI, 2025

Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo de Demais Obrigações compreende as obrigações da entidade com terceiros, principalmente, a apropriação de passivo decorrente de recebimento de financeiro por meio Termo de Execução Descentralizada (TED) que não tiveram o registro da comprovação realizado e retenções e consignações sobre pagamentos a pessoas físicas e jurídicas, inclusive pessoal.

Os registros na conta de Transferências Financeiras a Comprovar são realizados pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes apesar de já ter sido solicitada a atualização da conta após o envio da prestação de contas.

Por outro lado, as consignações referem-se aos descontos diretos na remuneração dos servidores públicos federais para pagamentos diversos, como empréstimos consignados, planos de saúde e seguros.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 09 – Resultado Patrimonial

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a entidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As variações patrimoniais diminutivas – VPD, por sua vez, são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPO, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

As informações abaixo descritas consideram as Demonstrações Contábeis Consolidadas a nível de Órgão Superior, incluindo as entidades vinculadas Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Valores em R\$

Especificação	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	1.516.448.679	1.491.938.171	2.246.884.315	2.261.151.786
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	1.508.820.814	1.481.512.696	2.344.194.412	2.297.480.539
(=) Resultado Patrimonial Do Período	7.627.865	10.425.476	-97.310.097	-36.328.753

Fonte: SIAFI, 2025

Nota 10 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA decorrentes da fruição do patrimônio do órgão e/ou entidade, relativos à venda/exploração de bens e/ou da prestação de serviços e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos, reconhecidas segundo o regime de competência.

Valores em R\$

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Venda Bruta de Mercadorias	-	-	100,00%	0,00%
Venda de Livros Periódicos e Assemelhados	81.426	26.410	208,32%	78,71%
Valor Bruto Exploração Bens e Serviços	22.029	4.007.055	-99,45%	21,29%
Total	103.455	4.033.465	-97,44%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

As receitas arrecadadas com bens e serviços nas entidades vinculadas teve uma redução drástica em 31 de março de 2025, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Destaque para as receitas com a venda de bibliográficos que representam quase 80% do total de receitas arrecadadas diretamente no período.

Nota 11 – Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior, se for o caso.

Valores em R\$

Transferências e Delegações Recebidas	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Cota Recebida	1.062.296.899	1.036.632.119	2,48%	47,47%
Transferências para Pagamento de Restos a Pagar	91.677.596	71.328.805	28,53%	4,10%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	10.327.861	67.851.245	-84,78%	0,46%

Doações/Transferências Recebidas	3.132.529	2.935.070	6,73%	0,14%
Outras Transferências	1.070.328.107	1.073.059.059	-0,25%	47,83%
Total	2.237.762.992	2.251.806.298	-0,62%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

Como se pode observar da tabela acima, as receitas com movimentação de saldos patrimoniais apresentaram uma redução de quase 85% ao final do primeiro trimestre do ano corrente, em comparação ao desempenho observado no mesmo período do ano anterior, decorre de ajustes de receita na liquidação do Imposto de Renda apropriado com incorreções nos meses de novembro e dezembro de 2023 no IBGE. As transferências para pagamento de RAP, por sua vez, tiveram um aumento de 28,53% no período analisado.

Nota 12 – Valorização/ganhos com Incorporação de Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende as VPA com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos, bem como as receitas decorrentes da alienação de ativos imobilizados.

Valores em R\$

Ganhos e Valorização	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Reavaliação de Bens Imóveis	-	108.325	-	-
Alienação de Bens Móveis	310	-	100,00%	0,00%
Incorporação de Ativos	3.222.006	131.959	2341,68%	49,63%
Desincorporação de Passivos	3.269.942	2.571.127	27,18%	50,37%
Total	6.492.259	2.811.411	130,93%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

Destacam-se os ganhos com incorporação de ativos, que tiveram um crescimento exponencial no primeiro trimestre de 2025, e as VPA com desincorporação de passivos, que representam pouco mais de 50% do total das variações deste subgrupo.

Nota 13 – Pessoal e Encargos Sociais

Compreende os valores reconhecidos a título de remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias decorrentes do pagamento pelo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos.

Valores em R\$

Pessoal e Encargos	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Benefícios a Pessoal	38.937.573	26.562.918	46,59%	9,90%
Encargos Patronais	59.503.357	53.146.373	11,96%	15,13%
Remunerações	293.904.840	270.420.274	8,68%	74,71%
Outras Despesas	1.038.150	961.410	7,98%	0,26%
Total	393.383.920	351.090.975	12,05%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

Neste subgrupo estão incluídas ainda as obrigações trabalhistas à conta do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento do órgão superior e das entidades vinculadas IBGE e IPEA.

Nota 14 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as VPD relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Valores em R\$

Benefícios Previdenciários e Assistenciais		Órgão Superior			
		31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Aposentadorias e reformas	Proventos - Pessoal Civil	234.201.297	236.149.039	-0,82%	58,65%
	Gratificações	24.515.335	25.040.135	-2,10%	6,14%
	Férias Vencidas e Proporcionais Aposentados	553.480	178.272	100,00%	0,14%
	Complementação de Aposentadoria - Pessoal Civil	23.802		100,00%	0,01%
	13º Salário - Pessoal Civil	30.313.580	28.608.173	5,96%	7,59%
	Sentenças Judiciais - Aposentadorias RPPS	21.977.998	22.305.234	-1,47%	5,50%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Auxílio Funeral	446.750	394.785	13,16%	0,11%
	Auxílio Natalidade	15.090	1.380.291	-98,91%	0,00%
	Assistência à Saúde	6.996.576	3.164.722	121,08%	1,75%
Pensões	Pensões Civis	76.701.324	74.149.062	3,44%	19,21%
	Sentenças Judiciais - Pensões RPPS	3.531.905	3.529.113	0,08%	0,88%
	13º Salário - Pessoal Militar	360	0	100,00%	0,00%
	Pensões Indenizatórias - Legislação Especial	9.587	35.704	-73,15%	0,00%
Total		399.287.083	394.934.530	1,10%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

Os gastos com benefícios previdenciários/assistenciais apresentaram tímido aumento de 1,10% em 31/03/2025, em comparação ao mesmo trimestre do período anterior. Destaque para a redução nas despesas com auxílio natalidade, bem como no pagamento de pensões indenizatórias que apresentaram redução de 98,91% e 73,15%, respectivamente.

Nota 15 – Consumo de Bens e Serviços

Representa o somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos, tais como: diárias, material de consumo de uso duradouro, serviços, depreciação, amortização etc.

Valores em R\$

Consumo de Bens e serviços	IBGE		IPEA		Órgão Superior	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Depreciação, Amortiz. e Exaustão	9.298.247	12.099.388	810.242	707.163	10.152.886	12.849.297
Serviços	44.359.071	41.168.790	10.078.342	8.065.025	62.809.059	49.291.362
Materiais de Consumo	4.776.674	3.982.510	10.592	155.854	4.787.266	4.138.365
Total	58.433.991	57.250.688	10.899.177	8.928.043	77.749.212	66.279.024

Fonte: SIAFI, 2025

A nível de Órgão Superior (informações consolidadas), as despesas totais (VPD) com o consumo de bens e serviços apresentaram um aumento de 17,31% ao final do primeiro trimestre de 2025. Do total do desempenho com o consumo de bens e serviços, 75% estão concentrados no órgão vinculado IBGE.

Nota 16 – Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das VPD decorrentes da concessão/transferência de valores para outras entidades de natureza intragovernamental intergovernamental, para instituições privadas com ou sem fins lucrativos, nacionais ou ainda para entidade/organismos internacionais.

Valores em R\$

Transferências e Delegações Concedidas	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Transferências Intragovernamentais	1.101.219.846	1.061.986.135	1.125.443.006	1.099.599.341
Transferências ao Exterior	331.262.739	353.538.656	331.262.739	353.538.656
Outras Transferências	349.726	72.418	5.990.386	3.331.735
Total	1.432.832.312	1.415.597.209	1.462.696.132	1.456.469.731

Fonte: SIAFI, 2025

As VPD com transferências, de modo geral, mantiveram-se estáveis no período analisado (março/2025-março/2024). Destaque para as transferências ao exterior, que se concentram no órgão vinculado MPO, as quais são executadas pela SEAID/MPO, cujas informações mais bem detalhadas neste documento.

Nota 17 – Perdas e Desvalorização

Compreende as VPD decorrentes de desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Valores em R\$

Perdas e Desvalorização	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Reavaliação do Imobilizado	744.557	-	100,00%	13,29%
Incorporação de Passivos	2.907.598	5.459.800	-46,75%	51,89%
Desincorporação de Ativos	1.726.372	18.587.004	-90,71%	30,81%
Perdas Involuntárias	95.966	173.197	-44,59%	1,71%
Perdas Diversas	128.867	31.910	303,85%	2,30%
Total	5.603.361	24.251.911	-76,90%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

As VPD decorrente da desvalorização/perdas de ativos e incorporação de passivos apresentaram redução de 90,71% e 46,75%, respectivamente, ao final do primeiro de trimestre de 2025. Essas despesas representam mais de 80% do desempenho das VPD de perda e desvalorização.

Nota 18 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não compreendidas nos grupos anteriores, decorrentes de premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Valores em R\$

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Órgão Superior			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Bolsas de estudo no País	4.169.732	3.431.125	21,53%	83,11%
Multas Administrativas	12.678	1.346	841,70%	0,25%
Indenizações	743.451	415.642	78,87%	14,82%
Restituições	91.447	83.819	9,10%	1,82%
Cancelamento Dívida Ativa	-	14.046	-100,00%	0,00%
Total	5.017.310	3.945.978	27,15%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025

Esse subgrupo apresentou um aumento de 27,15% em 31/03/2025, em relação ao mesmo período de 2024. Do total, 83,11% se referem aos gastos com bolsas de estudo no País, sendo que praticamente a totalidade do valor incorrido a título de bolsa de estudos se concentrou no IPEA.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

As Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público - NBC TSP que as entidades governamentais devem fazer constar de suas demonstrações a comparação entre os valores orçados e os valores efetivamente realizados decorrentes da execução do orçamento público, de modo a cumprir as obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*).

Nesse sentido, conforme prevê a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário dispõe sobre a receita prevista com aquelas efetivamente realizadas. Do mesmo modo, apresenta o montante das despesas fixadas em confronto com as despesas realizadas.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- (i) Quadro Principal;
- (ii) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;
- (iii) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados;

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário poderá apresentar uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Nota 19 – Receitas Orçamentárias

Correspondem às receitas arrecadadas pelas entidades vinculadas IBGE e IPEA, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária, decorrem da fruição do patrimônio público e são classificáveis como receitas correntes, exceto aquelas resultantes da alienação de ativos permanentes.

Valores em R\$

Execução da Receita	Órgão Superior		
	31/03/2025	31/03/2024	Var. (%)
(+) Receita Orçamentária Bruta	870.524	3.914.766	-77,76%
(-) Dedução da Receita	-81.952	-108.788	-24,67%
(=) Receita Orçamentária Líquida	788.572	3.805.978	-79,28%

Fonte: SIAFI, 2025

A previsão atualizada da receita reflete as reestimativas decorrentes, por exemplo: (i) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; (ii) criação de novas naturezas de receita não previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA; (iii) remanejamento entre naturezas de receita; ou (iv) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

Valores em R\$

Receita Orçamentária	Órgão Superior		
	31/03/2025	31/03/2024	Variação (%)
Exploração do Patrimônio Imobiliário	54.662	154.387	-64,59%
Valores Mobiliários	185.293	504.363	-63,26%
Serviços Administrativos e Comerciais	42.689	2.812.502	-98,48%
Indenizações e Restituições	498.184	80.954	515,39%
Demais Receitas Correntes	7.744	7.046	9,91%
Alienação de Bens Móveis	-	246.727	100,00%
Total	788.572	3.805.978	-79,28

Fonte: SIAFI, 2025

Em 31/03/2025 a receita orçamentária apresentou uma redução de 79,28%, devido, principalmente, ao item “Serviços Administrativos e Comerciais” que diminuiu 98,48% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse montante correspondia a serviços administrativos e comerciais prestados pelo IPEA, e à valores arrecadados pelo IBGE.

As receitas orçamentárias observam o regime de caixa, ou seja, são registradas, sob a perspectiva orçamentária, no momento em que são efetivamente arrecadadas, em atendimento ao disposto no art. 35, Inciso I da Lei nº 4.320/1964.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

Para efeito de definição, consideram-se receitas correntes as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e funcionam como instrumento de financiamento dos programas e ações governamentais, além de impactar positivamente o Patrimônio Líquido (receitas efetivas).

As receitas de capital, por sua vez, são aquelas que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são destinadas ao financiamento dos programas e ações governamentais na forma de investimentos (aquisição, produção ou construção de bens de capital).

Nota 20 – Despesas Orçamentárias

20.1 Despesas Empenhadas

Compreende as despesas empenhadas até o final do terceiro trimestre de 2024 a nível de Órgão Superior. Para fins eminentemente orçamentários, considera-se que a despesa ocorre com a emissão do empenho, em homenagem ao disposto no Art. 35 Inciso II da Lei nº 4.320/1964.

Valores em R\$

Categoria de Gasto	Órgão Superior		
	31/03/2025	31/03/2024	Var. (%)
Pessoal e Encargos Sociais	1.167.096.540	1.083.201.623	7,75%
Outras Despesas Correntes	870.439.731	725.165.916	20,03%
Investimento	-	119.339	-100,00%
Total:	2.037.536.271	1.808.486.878	12,67%

Fonte: SIAFI, 2025

A figura abaixo demonstra a despesa empenhada, por indicador de resultado primário, classificação que identifica as despesas que são consideradas para efeito de cálculo dos resultados primário e financeiro da União.

Valores em R\$

Indicador de Resultado do Primário	Órgão			Órgão Superior		
	31/03/2025	31/03/2024	Var. (%)	31/03/2025	31/03/2024	Var. (%)
Financeiro	33.000.000	25.845.685	27,68%	83.272.027	78.309.326	6,34%
Primário Obrigatório	974.345.004	796.687.038	22,30%	1.888.782.623	1.667.161.033	13,29%
Primário Discricionário	2.019.700	644.905	213,18%	65.481.621	63.016.519	3,91%
Total:	1.009.364.704	823.177.628	22,62%	2.037.536.271	1.808.486.878	12,67%

Fonte: SIAFI, 2025

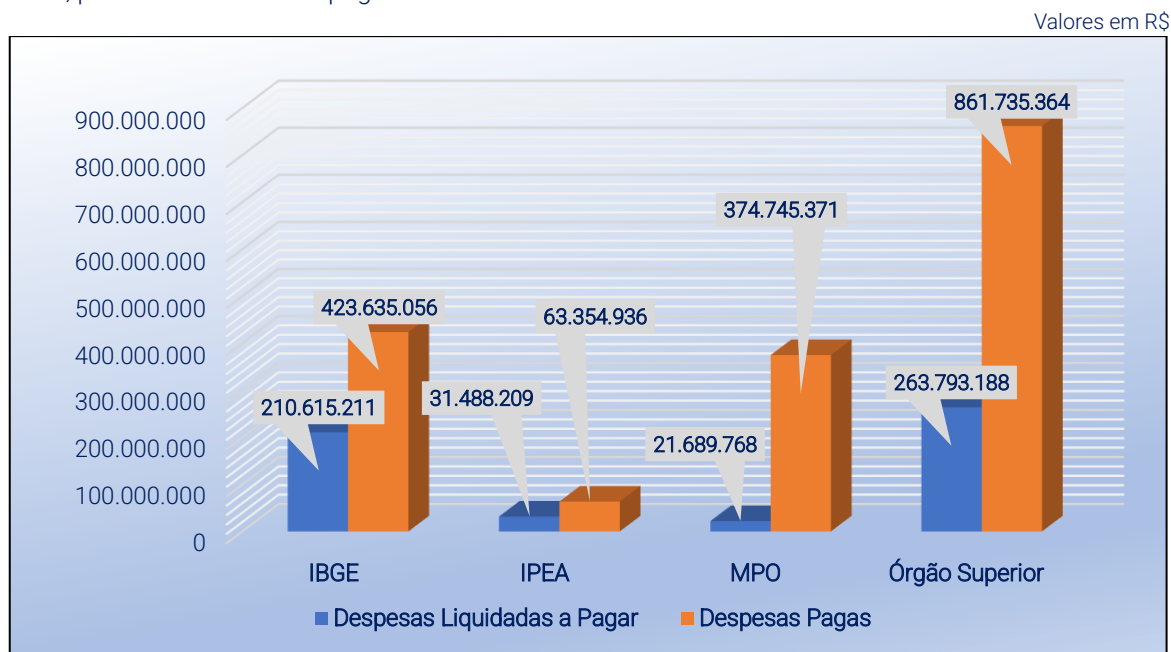
O Indicador de Resultado Primário (IRP) é um importante critério de classificação orçamentária que detalha tanto as receitas quanto as despesas públicas. Essa classificação tem por objetivo identificar quais as receitas e as despesas que compõem o resultado primário do Governo Federal, que é identificado pela diferença entre receitas e despesas primárias (superávit ou déficit primário).

Para efeito de definição consideram-se primárias as receitas/despesas predominantemente correntes, excetuadas as decorrentes de juros. Já as financeiras são aquelas que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de

natureza financeira, junto ao setor privado nacional ou internacional (emissão de títulos de dívida, aplicações financeiras, amortização de empréstimos, alienação de bens, operações de crédito entre outras). 27 Informações complementares sobre a execução indireta da despesa orçamentária são melhor abordadas nos subtítulos 19.3 e 19.4 desta nota explicativa.

20.2 Despesas Liquidadas

As despesas liquidadas, por seu turno, são aquelas nas quais houve a verificação do direito líquido e certo do credor contra a Administração Pública, tendo por base os títulos de documentos probatórios do respectivo crédito, conforme preconiza o Art. 63 da Lei nº 4.320/1964. A liquidação caracteriza o penúltimo estágio da execução da despesa orçamentária, precedendo o efetivo pagamento.



Fonte: SIAFI, 2025

Convém salientar que o montante das despesas pagas não inclui os valores relativos ao adimplemento dos restos a pagar processados e não processados. O quadro abaixo indica os saldos das despesas liquidadas a pagar, discriminadas por categoria de gasto e por órgão/entidade.

As despesas liquidadas e não pagas até o final do exercício financeiro de referência serão inscritas em restos a pagar processados, situação em que a execução financeira se dará no exercício seguinte.

20.3 Execução de Recursos sob Supervisão do MPO

Compreende as despesas orçamentárias relativas à participação da União em órgãos e instituições internacionais e regionais, na forma de cotas de integralização de capital (em bancos multilaterais) ou ações e/ou de contribuições voluntária e obrigatórias (em organismos internacionais), executados à conta de dotação orçamentária consignada no orçamento federal por unidade orçamentária própria e sob a gestão/supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento, por intermédio da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID.

Valores em R\$

Elemento de Despesa	Recursos sob Supervisão			
	31/03/2025		31/03/2024	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
Contribuições	1.861.869	1.810.876	19.738.897	18.058.705
CPLP - Comunidade p/ Países de Língua Portuguesa	4.322.952	-	4.582.210	4.200.368
Instituições de Caráter Ambiental/Ecológico	2.843.815	763.606	18.608.898	13.330.337

Instituições de Caráter Jurídico	38.808.151	38.808.151	271.550	263.877
Instituições de Caráter Político	14.005.222	-	-	-
Instituições de Caráter Social/Humanitário	100.783	16.231	-	-
Instituições de Caráter Técnico/Científico	32.053.481	1.201.049	5.018.584	4.847.526
Mercosul - Mercado Comum do Sul	-	-	3.411.120	3.053.092
OEA - Organização dos Estados Americanos	67.859.201	67.859.201	-	-
OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos	-	-	4.764.336	4.568.059
OIT - Organização Internacional do Trabalho	-	-	43.000.000	42.243.937
OMC - Organização Mundial do Comércio	12.473.965	-	13.006.009	12.464.859
OMS - Organização Mundial da Saúde	59.993.318	-	60.000.000	58.127.208
OPAS - Organização Panamericana da Saúde	-	-	62.000.000	60.574.634
Sistema das Nações Unidas	513.000.396	220.175.001	388.208.615	130.086.137
Total:	747.323.153	330.634.116	622.610.219	351.818.737

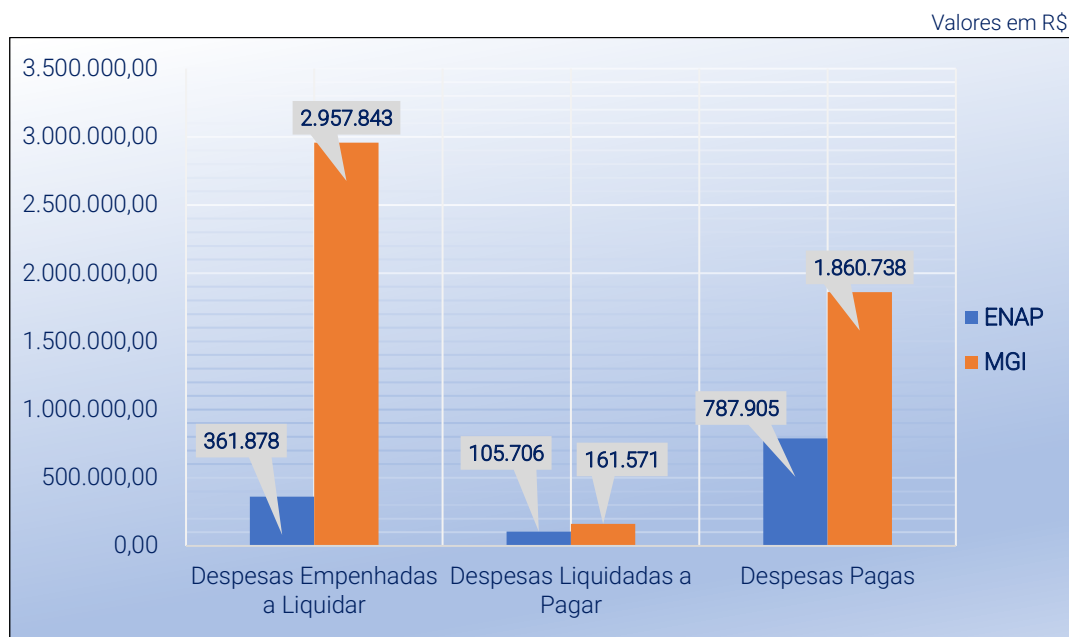
Fonte: SIAFI, 2025

Observando o quadro acima, vemos que a despesa empenhada teve um crescimento de 20%, ao final do primeiro trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período do exercício anterior. As informações estão detalhadas por organismo do qual o Brasil é signatário e/ou partícipe mutuário.

20.4 Despesas Executadas Indiretamente (UO/MPO)

O orçamento público pode ser executado diretamente pelo órgão executor ou indiretamente, por intermédio do firmamento de parcerias tais como Termo de Execução Descentralizada (TED), Termo de Cooperação entre outros instrumentos afins com a finalidade de alcançar os objetivos das políticas públicas. Ou ainda, por meio de parcerias junto a outros órgãos ou entidades, no âmbito do Colaboragov em especial, plataforma de compartilhamento de contratos de aquisição de bens e serviços, no bojo do arranjo colaborativo disciplinado pela Portaria MGI nº 43/2023.

Na modalidade de execução indireta, parcela do orçamento do órgão é transferida para outros órgãos/entidades, para que estes deem prosseguimento à execução do gasto público. A figura abaixo ilustra o desempenho da despesa orçamentária do MPO realizada por meio destaque, detalhada por órgão recebedor/executor.



Fonte: SIAFI, 2025

Muito embora tais despesas sejam executados pelos órgãos parceiros, o seu empenho e o respectivo pagamento são realizados à conta de dotação orçamentária e de recursos financeiros próprios do MPO, constando, portanto, do montante das despesas orçamentárias executadas pelo órgão repassador.

Valores em R\$

Elemento de Despesa	Órgão Superior		
	Empenhado	Pago	Liquidado a Pagar
Material de Consumo	2.716,30	-	-
Passagens e Locomoção	106.889	23.367	-
Locação de Mão-de-obra	3.393.542	1.630.829	138.012
Serviços de Terceiros	1.467.505	202.244	23.560
Obrigações Tributárias	9.500	4.297	-
Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	1.255.488	787.905	105.706
Total:	6.235.640	2.648.642	267.277

Fonte: SIAFI, 2025

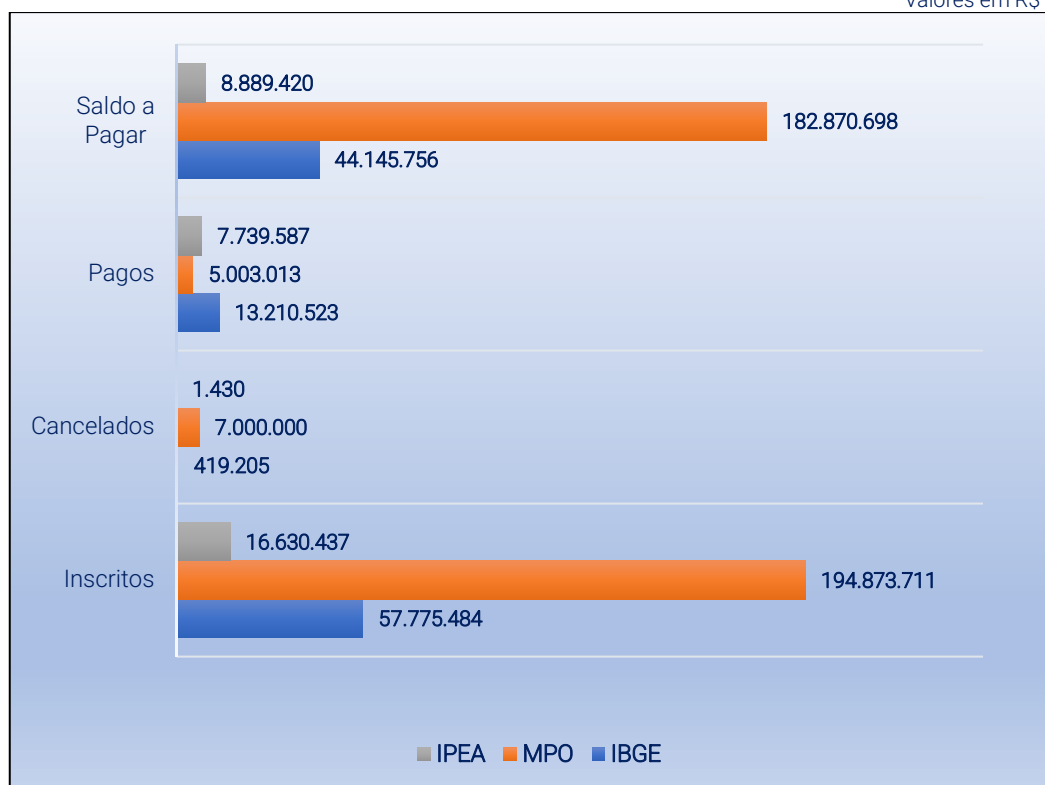
O quadro acima, detalhando a despesa executada por elemento de despesa, demonstra que 46% da despesa empenhada foi devidamente liquidada (direito líquido e certo do credor), sendo que 42% foram pagas, ou seja, objeto de desembolso financeiro.

Nota 21 – Execução dos Restos a Pagar (RAP)

21.1 Restos a Pagar Não Processados

Compreende dos empenhos pendentes de liquidação (não processados), bem como aqueles liquidados, mas não pagos até o encerramento do exercício financeiro correspondente (processados). O quadro abaixo ilustra a execução dos restos a pagar não processados até o final do 1º trimestre de 2025.

Valores em R\$



Fonte: SIAFI, 2025

A execução dos restos a pagar tem natureza financeira, classificáveis como passivo financeiro, ou seja, aquelas obrigações que independem de autorização legislativa para sua execução ou que já obtiveram tal autorização em períodos anteriores. A figura abaixo demonstra o montante pago e o saldo a pagar dos restos a pagar não processados discriminados por categoria econômica.

Valores em R\$

Indicador IRP	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo a Pagar
Financeiro	222.412,29	-	59.693,50	162.718,79
Primário Obrigatório	181.637.170,92	-	1.615.121,30	180.022.049,62
Primário Discricionário	86.284.389,77	7.420.634,87	23.917.706,06	54.946.048,84
P. Discricionário - Emenda Individual	1.135.658,58	-	360.602,00	775.056,58
Total:	269.279.632	7.420.635	25.953.123	235.905.874

Fonte: SIAFI, 2025

21.2 Restos a Pagar Decorrentes de Destaque de Orçamento

A execução dos restos a pagar processados e não processados por outros órgãos/entidades, em especial o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio de destaques não formalizados, TED ou outros instrumentos afins alcançou um montante de R\$ 4,1 milhão (pagos), restando um saldo remanescente a pagar também de 36,4 milhões em RAP inscritos no exercício e reinscritos e exercícios anteriores.

Valores em R\$

Órgão Orçamentário	Órgão Executor	RPP por Destaque	
		Pagos	A Pagar
IPEA	BCB	262.866	94.336
	UFRJ	-	27.900
	UNB	-	1.020
	MGI	-	2.993
Total:		262.866	126.249
MPO	ENAP	1.016.531	581.613
	UFMG	716.996	-
	MGI	1.706.223	9.186.032
	IPEA	174.621	522.662
	Outros Órgãos	21.255	101.161
Total:		3.635.625	10.391.468
IBGE	Presidência da República	-	3.139.212
	CNPQ	220.700	17.790.260
	MGI	25.977	5.047.882
	Ministério da Saúde	2.833	-
Total:		249.510	25.977.354

Fonte: SIAFI, 2025

21.3 Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar processados compreendem somatório dos saldos dos empenhos reinscritos em exercícios anteriores, posição ao final do primeiro trimestre de 2025. A figura abaixo ilustra os montantes pagos a título de restos a pagar processados durante o exercício financeiro vigente, detalhados por órgão, entidade vinculada e órgão superior (consolidado).

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados			
Órgão UGE	Fonte de Recursos	Pagos	A Pagar
IBGE	Recursos Livres da União	74.104.058	49.467
	Recursos Livres da Seguridade Social	149.464	5.115
	Recursos Próprios da Unidade	189.417	5.007
	Benefícios dos RPPS	98.688.748	-
	Outras Fontes	1.164	100
MPO	Recursos Livres da União	21.641.652	32.228
IPEA	Recursos Livres da União	26.476.493	46.160
	Benefícios dos RPPS	5.584.519	-
Total:		226.835.515	138.077

Fonte: SIAFI, 2025

Em 31 de março de 2025, o desempenho da execução dos restos a pagar processados pagos alcançou um montante total de R\$ 226,8 milhões. Conforme se observa do quadro acima, a maior parte dos pagamentos realizados se concentrou no IBGE (76%), que em sua maioria se referem a despesas com pessoal e encargos sociais.